

A ordem é radicalizar

GERDAN WESLEY

O Governo Federal nega reajuste e os policiais não atendem direito à população

Nem adianta tentar. A partir de hoje, somente ocorrências de assassinato, seqüestro e recolhimento de cadáveres serão registradas pela polícia civil do Distrito Federal. A promessa da categoria foi feita ontem, depois de uma reunião com a Casa Civil da Presidência da República, no início da tarde. Enquanto seis representantes tentavam acordo com o governo, mais de mil policiais aguardavam em frente ao Palácio do Planalto. “A ministra (Dilma Roussef) sequer nos recebeu, mandou recado por um assessor”, diz o presidente do Sindicato dos Policiais Civis (Sinpol), Wellinton Souza. Segundo ele, a informação passada para o comando de greve é que a medida provisória que concede aumento aos

policiais não será publicada.

“Eles alegam que uma lei do TSE (Tribunal Superior Eleitoral) não autoriza o nosso aumento”, explica Souza. O artigo 73, inciso 8, da lei 9.504, proíbe o reajuste de salário de servidores públicos a partir de seis meses antes das eleições. Mesmo assim, a Advocacia Geral da União (AGU) concedeu parecer favorável a aumentos até 30 de junho. “Se não formos atendidos, continuaremos de braços cruzados, ainda que o prazo do dia 30 se esgote”, garante Ciro Freitas, vice-presidente do Sinpol e completa: “Vamos radicalizar o movimento. Não vamos mais atender flagrantes de roubo nem casos de seqüestro-relâmpago encerrados”. As escoltas judiciais a presos também serão paralisadas, assim como visitas nos presídios e na carceragem do Departamento de Polícia Especializada (Dpe).

Até o começo da noite de ontem, a Casa Civil não tinha uma posição oficial sobre a questão. A próxima assembléia do pessoal de segurança está marcada para



Policiais civis aguardavam o resultado da reunião com ministra Dilma, que sequer aconteceu

quarta-feira, às 15h, no Congresso Nacional.

Luta conjunta

Apesar de não terem amparo legal para fazer greve, policiais e bombeiros militares de Brasília estão solidários ao movimento. “Partici-

pamos de todas as assembléias e continuaremos fazendo vista grossa na vigilância das ruas”, afirma o vice-presidente da Associação dos Praças, Policiais e Bombeiros Militares do DF, sargento Elvio Meireles. A média de reajuste de 18% exigi-

da pelos manifestantes também atingiria esse profissionais de segurança pública.

Os delegados marcaram assembléia para segunda-feira. Se aderirem à greve, será a primeira vez na história da cidade vez que eles paralisaram suas atividades.